

ESPAÇO PÚBLICO

Os artigos publicados nesta secção respeitam a norma ortográfica escolhida pelos autores



As cartas destinadas a esta secção devem indicar o nome e a morada do autor, bem como um número telefónico de contacto. O PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e eventualmente reduzir os textos não solicitados e não prestará informação postal sobre eles. Email: cartasdirector@publico.pt

Contactos do provedor do Leitor
Email: provedor@publico.pt
Telefone: 210 111 000

CARTAS À DIRECTORA

Transparência e responsabilidade, precisam-se

Sem propriamente me surpreender, devo reconhecer que a história do alheamento do Estado em relação à obra de Crivelli, para efeitos da sua exportação definitiva pelo proprietário, me causa algumas perplexidades. Primeira: pode a administração pública impedir o acesso ao respetivo processo? Sob que argumento e com que fundamento legal? E aceita o Público tal situação com a mesma leveza com que a relata? Segunda: emitiu a DGPC efectivamente parecer negativo ou limitou-se a exprimir “inicialmente”, talvez também informalmente, reservas e acabou por acomodar-se ao soprar do vento? Não foi o mesmo director-geral que agora lava as mãos quem andou tão

preocupado com os promotores e proprietários, que chegou a pregar a necessidade de reduzir a exigência nos museus, para efeitos da sua mais fácil credenciação, ou a promover legislação que inexoravelmente conduziria ao arquivamento *ex officio* de



largas centenas de processos de classificação? Terceira: a ser verdade que a nível técnico (DGPC) foi dado e mantido até ao fim parecer negativo, pode o anterior SEC dizer que se tratou de “um processo normal”? É normal contrariar politicamente pareceres técnicos deste tipo? Não lhe seria eticamente e legalmente exigível que explicitasse então as suas razões? Quarta: é aceitável, ou mesmo legal, que num caso destes não tenha sido obtido parecer da competente secção do Conselho Nacional de Cultura, quando o caso da exportação de obras de Vieira da Silva, em parte idêntico, mas muito menos problemático, aí suscitou tanto debate e deu origem a tomadas de posição doutrinárias, onde de todo não caberia o presente alheamento por parte do Estado? Luís Raposo
Presidente do ICOM Portugal

OPÚBLICOERROU

Ontem, no editorial *A arte que Portugal vai perdendo*, onde se lê “7 milhões em 2011” deve ler-se “37 milhões em 2011”. Só assim se entende o sentido da frase, referente ao valor das obras de arte saídas de Portugal nesse ano, deturpado pela omissão do “3”.

No artigo publicado no dia 25 de Maio sobre o encerramento de algumas lojas da Benetton, é referido erradamente que as empresas Elmano Mendes e Benepor representam as marcas do grupo italiano em Portugal. As empresas tinham, sim, apenas alguns dos estabelecimentos. O título *Falência de franchising da Benetton em Portugal leva a fecho de lojas* também pode induzir em erro, já que, além da Elmano Mendes e Benepor, há uma rede de lojas que são geridas em sistema de *franchising* e que nada têm a ver com as duas empresas.